

Para baratear diesel, exportador é onerado e gasto social, cortado

Por Edna Simão e Lucas Marchesini | De Brasília

O governo anunciou um pacote de medidas para compensar o custo de R\$ 13,5 bilhões da redução de R\$ 0,46 no preço do diesel neste ano, que será concedido para atender às reivindicações dos caminhoneiros grevistas. Parte da fatura será bancada por uma diminuição de incentivos tributários para exportadores, petroquímicos e empresas de refrigerantes, o que vai render aos cofres públicos R\$ 4 bilhões neste ano e R\$ 16,2 bilhões em 2019. O restante, R\$ 9,5 bilhões, será financiado pela folga R\$ 6,197 bilhões que existia para o cumprimento da meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões para este ano e com corte de orçamento de vários órgãos públicos, atingindo Saúde, Educação e Habitação.

As medidas foram publicadas na noite de quarta-feira em edição extraordinária do "Diário Oficial" da União (DOU) e já provocam reclamações dos setores

prejudicados, pegos de surpresa pelo anúncio.

Da queda de R\$ 0,46 do preço na refinaria, R\$ 0,16 vem pela redução do PIS/Cofins e Cide e R\$ 0,30 será feito com ressarcimento direto para a Petrobras com recursos orçamentários. A perda de receita de R\$ 4 bilhões com a diminuição do PIS/Cofins e Cide será compensada com o Regime Especial da Indústria Química (Reiq); o recuo de 2% para 0,1% do benefício do Reintegra (programa que devolve parte dos impostos pagos na cadeia produtiva aos exportadores de bens industrializados).

Também haverá redução de 20% para 4% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em concentrados de bebidas da Zona Franca de Manaus. A medida provocará equiparação da alíquota do insumo à do produto de saída, o que vai diminuir o crédito tributário das empresas. "O concentrado do refrigerante gera crédito de 20% e agora vai gerar de 4%. Por esse motivo teremos ganhos de

arrecadação", disse o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid.

O fim da desoneração da folha de pagamentos para alguns setores também ajudará a compensar as perdas. O presidente Michel Temer sancionou, com vetos, o projeto que estabeleceu a reoneração da folha de pagamentos. Do total de 56 setores que eram beneficiados, o projeto aprovado pelo Congresso Nacional manteve o benefício para 28 setores. O presidente vetou 11 deles e assim 17 continuarão com a contribuição previdenciária com base no faturamento. No início de 2021, o benefício chegará ao fim para todos os segmentos. Rachid citou que permanecerão com a desoneração setores como o de call center, calçados, indústria têxtil, comunicação, confecções, construção civil, tecnologias da informação, transporte, entre outros.

No caso do ressarcimento à Petrobras para garantir a diminuição de mais R\$ 0,30 no preço do diesel e de despesas com ações de desobstrução de vias pública





federais, o governo publicou uma medida provisória para abrir um crédito extraordinário de R\$ 9,58 bilhões. Segundo o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin, esse valor será coberto com folga que existia para cumprimento da meta de déficit primário e com cancelamento R\$ 3,382 bilhões de outras despesas orçamentárias. Ele ressaltou que a meta de déficit primário de R\$ 159 bilhões para o ano está mantida, mas os governos e órgãos públicos precisarão de um controle maior de suas despesas. "Dos R\$ 3,382 bilhões [cancelamentos], R\$ 2,168 bilhões são da reserva capitalização de empresas públicas e R\$ 1,214 bilhão vem de despesas discricionárias", disse o secretário.

Rubin explicou que o cancelamento de dotações orçamentárias, que atinge todos os ministérios, inclusive saúde e educação, vai se dar na parcela de

recursos que estavam contingenciados. Isso significa que mesmo que os recursos fiquem disponíveis no governo federal, eles não poderão mais ser destinados para as ações e programas cancelados porque não há mais a previsão orçamentária para tanto.

Entre as dotações canceladas estão, por exemplo, o programa de fortalecimento do Sistema Único de Saúde de vários órgãos. Somente na Fundação Oswaldo Cruz, esse corte foi de R\$ 5,261 milhões. Na educação, foram cancelados R\$ 55,1 milhões das bolsas do programa Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). Já o Ministério das Cidades perdeu R\$ 7,742 milhões no programa de Moradia Digna. O programa Criança Feliz, do Ministério do Desenvolvimento Social, teve uma redução de R\$ 3,891 milhões nas ações para a primeira infância.

O chefe da assessoria especial do Ministério da Fazenda, Marcos Mendes, explicou ainda que a subvenção do preço do diesel de R\$ 0,30 por litro será feita por dois decretos, que ainda serão publicados pelo governo. O primeiro se refere ao período até 7 de junho no qual a Petrobras fez uma redução voluntária no preço do produto de R\$ 0,23. Até lá, a União subvencionará apenas R\$ 0,07 por litro do combustível.

Depois disso, a União manterá o preço de referência de R\$ 2,03 por litro do diesel até a conclusão do prazo prometido de 60 dias. "Depois desses 60 dias, será estabelecido o novo preço de comercialização para quem quiser receber a subvenção. A partir daí, a cada 30 dias terá um novo preço", explicou Mendes. O valor servirá para calcular a subvenção de R\$ 0,30 no preço do diesel.

O custo da subvenção

De onde vem o dinheiro para cobrir o subsídio ao diesel - R\$ milhões

De onde vem	2018	2019		Para onde vai	2018	2019	
Reiq	0,2	0,7	MP	Redução PIS/Cofins	2,8	—	MP
Reintegra	2,3	10	MP	Redução CIDE	1,3	—	Decreto
IPJ Concentrados	0,7	19	MP	Subvenção ao Diesel	9,5	—	MP
Reconexão da folha	0,8	36	Lei	Total	13,5	—	—
Corte de gastos	1,4	—	MP				
Espaço fiscal	6,1	—	—				
Total	13,5	—	—				

Fonte: Ministério da Fazenda e do Planejamento

Governo tira benefício de exportadores, corta SUS e educação para bancar diesel

Br Distribuidora alertou Polícia Federal que grupo radical ameaçava oferta de combustível

Brasileiro fica em casa no feriado

Posto que não reduzir preço do combustível será multado

Com as estradas já liberadas em praticamente todo o país, o brasileiro vai retomando a rotina. As filas estão cada vez menores nos postos de combustíveis e o abastecimento de alimentos é retomado.

A grande preocupação agora é como cobrir a despesa gerada para atender a principal reivindicação dos caminhoneiros, garantir a redução do preço do diesel na bomba, sem aumentar o já imenso rombo financeiro nos cofres públicos.

As primeiras medidas tiram recursos de áreas sociais e afetam exportadores, que criticaram o governo.

Maeli Prado e Bernardo Caram

Para compensar o subsídio de R\$ 9,6 bilhões à redução do preço do diesel e a redução de tributos incidentes sobre o combustível, o governo tomou medidas que, na prática, elevarão a arrecadação de impostos com exportadores, indústria de refrigerantes e indústria química. Ainda foram reduzidos recursos, por exemplo, para programas ligados às áreas de saúde e educação.

Ao lado da aprovação da reoneração da folha de pagamento, que já foi votada na Câmara, as medidas permitirão um ganho de R\$ 4 bilhões, o que compensará as medidas que reduzirão a tributação do diesel: a isenção da Cide e a redução de R\$ 0,11 do PIS/ Cofins.

O governo ainda cancelou R\$ 3,4 bilhões em despesas do Orçamento deste ano como forma de compensar os R\$ 9,5 bilhões do programa que foi criado para subsidiar uma redução maior no preço do combustível.

As medidas foram publicadas nesta quarta-feira (30) em edição extra do Diário Oficial da União.

O Reintegra devolve 2% do valor exportado em produtos manufaturados através de créditos de PIS/ Cofins. Esse percentual foi reduzido para 0,1%, o que gerará recursos de R\$ 2,27 bilhões até o final do ano.

A redução da alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre concentrados de refrigerantes de 20% para 4% permitirá um ganho de R\$ 740 milhões até o final do ano. Isso porque os fabricantes gerarão menos créditos para abaterem impostos.

A alteração da tributação de um programa para a indústria química, o Regime Especial da Indústria Química, aumentará receitas em R\$ 170 milhões.

Quando a empresa importava, pagava 5,6% de PIS/ Cofins e recebia um crédito de 9,25%. Essa





“sobra” de 3,65%, que era usada para abatimento de outros impostos, foi extinta.

No caso da reoneração da folha de pagamento, que segundo o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, isentará um número menor de setores do que o aprovado na Câmara, o ganho até o final do ano será de R\$ 830 milhões.

O projeto de lei aprovado na Câmara previa que 28 setores estariam isentos da reoneração da folha. Mas o presidente Michel Temer vetou 11 desses setores, o que deixou 17 com isenção.

Entre os que mantiveram o benefício estão calçados, construção civil, fabricação de veículos, transporte rodoviário e indústria têxtil, entre outras.

De acordo com o secretário da Receita, a escolha dos benefícios a serem retirados foi feita com base na distorção que geram no sistema tributário.

“Os gastos tributários no Brasil são elevados, fora do padrão mundial”, afirmou Rachid, se referindo aos benefícios que diversos setores possuem no pagamento de tributos. “Escolhemos os incentivos que geram alguma distorção”, completou.

Segundo ele, no caso da taxa de concentrados usados na fabricação de refrigerantes, por exemplo, há a geração de créditos em volume superior ao imposto devido em si, devido aos benefícios vigentes na Zona Franca de Manaus.

“Já foi identificado que algumas empresas usam esse excesso de crédito em refrigerantes para compensar em cerveja, por exemplo”, disse Rachid. “Muitos contribuintes pagam para poucos serem beneficiados”.

Em 2019, o aumento de arrecadação com essas medidas será de cerca de R\$ 16 bilhões.

O governo ainda anunciou um corte de despesas de R\$ 3,4 bilhões.

Esse valor foi alcançado com o cancelamento de uma reserva para capitalização de estatais, de R\$ 2,1 bilhões, e o corte de recursos previstos para uma série de programas (R\$ 1,2 bilhões).

Segundo Gleisson Rubin, secretário executivo do Ministério do Planejamento, essas despesas já estão bloqueadas do Orçamento. Até antes do decreto desta quarta, esses gastos poderiam ser desbloqueados até o final do ano. Agora não poderão mais.

“O cancelamento de recursos vai se dar em cima de recursos contingenciados. Dessa forma, perde-se a perspectiva de que os recursos possam voltar a ser utilizados”, disse.

De acordo com Rubin, o cancelamento de despesas afeta todos os órgãos do governo, e foi feito de forma “pulverizada”.

Os programas de transporte terrestre do Ministério dos Transportes, por exemplo, que envolvem adequação e construção de 40 obras, perderam R\$ 368,9 milhões em recursos.

Ainda foram reduzidos recursos, por exemplo, para programas como prevenção e repressão ao tráfico de drogas (R\$ 4,1 milhões), concessão de bolsas de um programa de estímulo ao fortalecimento de instituições de ensino superior (R\$ 55,1 milhões), policiamento ostensivo e rodovias e estradas federais (R\$ 1,5 milhões) e fortalecimento do sistema único de saúde, com R\$ 135 milhões.

Ao mesmo tempo, foram criados recursos para o programa “operações de garantia da lei e da ordem”, com o objetivo de desobstruir estradas, no valor de R\$ 80 milhões.



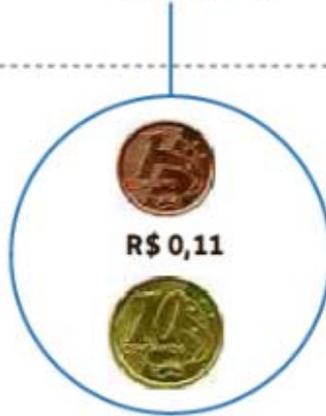


O que o governo fez para reduzir o preço do diesel

Redução obtida com a eliminação da Cide



Redução obtida a partir da redução da alíquota de PIS/Cofins do combustível



Redução no litro do diesel a partir de subsídio bancado com recursos do Tesouro Nacional. Esta redução equivale ao restante do PIS/Cofins que incide sobre o diesel



R\$ 0,46

É o valor que será reduzido no litro do diesel e equivale ao peso total dos tributos federais sobre o combustível



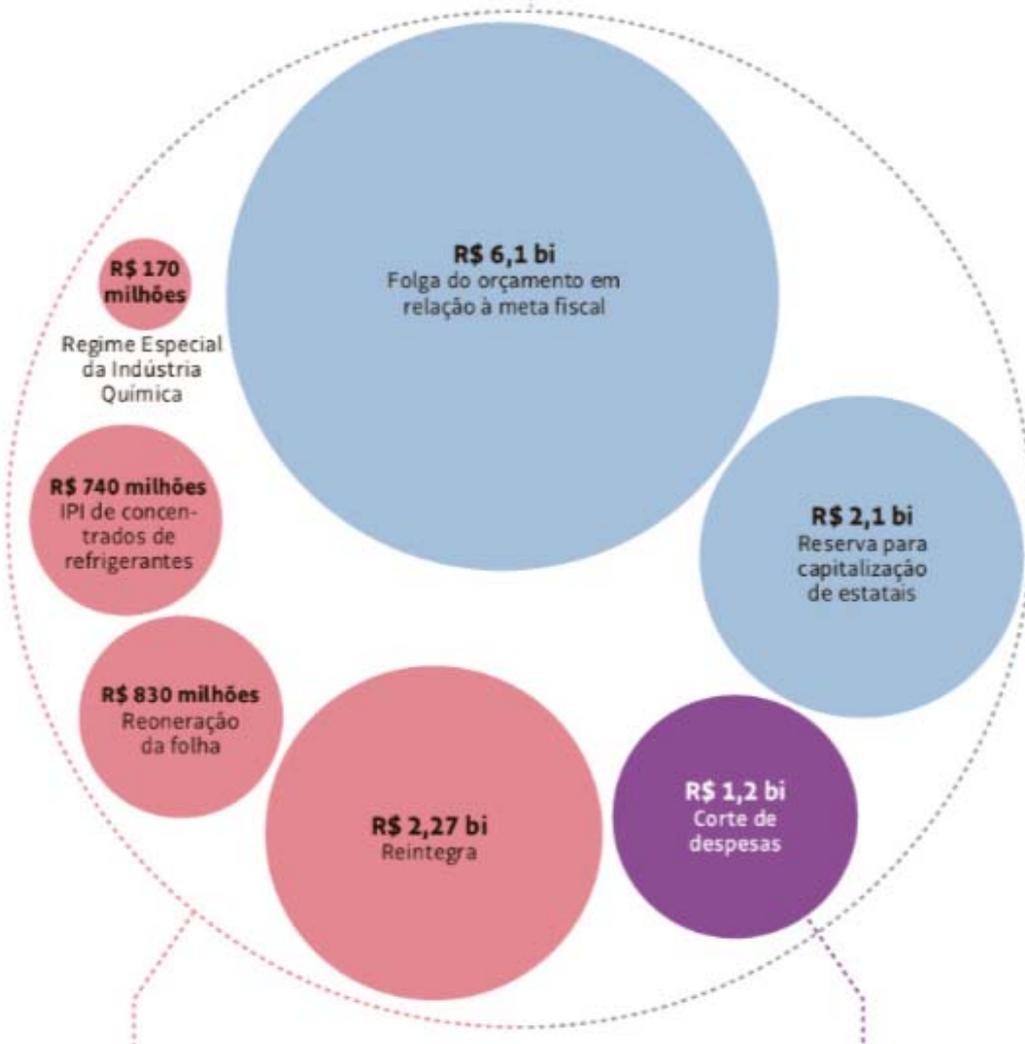


R\$ 13,5 bilhões

É o impacto total da redução de tributos sobre o diesel no ano. Conta vai afetar SUS e educação

De onde o governo vai tirar dinheiro para compensar o subsídio ao diesel

- Mudanças em tributos
- Corte de despesas





R\$ 4 bilhões

erão absorvidos pela retirada de benefícios fiscais. Veja o que muda



Reintegra

O programa devolvia 2% do pagamento de PIS/Cofins nas exportações de manufaturados; passará a devolver 0,1%



Reoneração da folha

As empresas, com exceção de 17 setores, voltarão a ter suas folhas de pagamento oneradas até 2020



IPI de concentrados de refrigerantes

Redução de pagamento de IPI de concentrados de refrigerante de 20% para 4%, o que reduzirá o valor que as empresas poderão compensar com outros tributos



Regime Especial da Indústria Química

Quando as empresas do setor importavam, pagava 5,6% de PIS/Cofins e recebiam um crédito que podia chegar a 9,25%. Essa "sobra" de 3,65%, que era usada para abatimento de outros impostos, foi extinta

Exemplos de programas e valores cortados do orçamento de 2018



R\$ 368,9 milhões

Programas de transporte terrestre do Ministério dos Transportes



R\$ 135 milhões

Fortalecimento do SUS (Sistema Único de Saúde)



R\$ 55,1 milhões

Concessão de bolsas de programa de estímulo ao fortalecimento de instituições de ensino superior



R\$ 4,1 milhões

Programa para prevenção e repressão ao tráfico de drogas



R\$ 1,5 milhão

Policimento ostensivo e rodovias e estradas federais

Fonte: Ministério da Fazenda

Para bancar ‘bolsa caminhoneiro’, governo corta até gastos sociais

Maior parte dos R\$ 13,5 bilhões destinados a subsidiar o diesel virá do corte de despesas em áreas como educação e saúde; foram extintos ainda programas de incentivo às empresas exportadoras e às indústrias química e de bebidas, gerando críticas de associações de classe

Fernando Nakagawa
Adriana Fernandes

Sem espaço para aumentar impostos, o governo cortou incentivos para setores da indústria para bancar os R\$ 13,5 bilhões da “bolsa caminhoneiro”, destinados aos subsídios ao diesel. Desse total, R\$ 4 bilhões virão com o aumento da arrecadação gerado pelo fim de programas de incentivos às empresas.

Os R\$ 9,5 bilhões restantes serão pagos com reservas financeiras do governo e corte de verbas para várias áreas, inclusive saúde, educação, moradia e saneamento básico. O governo também cancelou despesas de 40 obras em rodovias, além de patrulhamento. Para compensar a redução dos tributos que incidem sobre o diesel, o governo extinguiu benefícios às indústrias química e de bebidas, além de quase zerar incentivos dados a exportadores.

Só com a redução do percentual

de 2% para 0,1% do programa que desonera empresas exportadoras, o Reintegra, o governo arrecadará R\$ 2,27 bilhões neste ano. A indústria de bebidas não terá mais benefício para produzir concentrado para refrigerantes na Zona Franca de Manaus e o setor químico perde o regime especial de impostos.

Outras medidas afetam 39 setores que deixam de ter desoneração da folha de pagamento. Essas iniciativas geravam benefício tributário para esses setores em troca da promessa de mais empregos e aceleração da atividade. As medidas provocaram reação.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, disse que o setor será penalizado de novo ao pagar essa conta (leia mais na pág. B3). Há, ainda, medidas para compensar o gasto de R\$ 9,5 bilhões que a sociedade terá de pagar pelo subsídio às produtoras e importadoras do combustível até o fim do ano.

Boa parte dessa conta virá de reservas financeiras do governo, que perderam R\$ 6,2 bilhões. Esses recursos estavam previstos no Orçamento para eventualidades em vários órgãos, como na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A equipe econômica

anunciou também o cancelamento de gastos do próprio governo, como recursos para reforçar o capital de estatais e despesas diretas de órgãos.

Boa parte desse corte, que soma R\$ 1,2 bilhão, já estava bloqueada, destacou o secretário de gestão do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin. O Sistema Único de Saúde (SUS) deixará de receber R\$ 135 milhões. A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) cobra mobilização social para reverter a decisão.

Em nota, a associação ressalta que entre os cancelamentos estão recursos que iriam para o fortalecimento do SUS, políticas públicas contra as drogas e violência contra mulheres. Para o presidente da Abrasco, Gastão Wagner, a atitude do governo é lamentável.

“É um equívoco.” O chefe da assessoria especial do ministro da Fazenda, Marcos Mendes, fez forte defesa do novo sistema de subsídio. Para o técnico, a subvenção tem como objetivo suavizar preços em um “momento atípico” e criar previsibilidade no preço ao consumidor.

(COLABORARAM ANA PAULANIEDERAUER E FÁBIO DE CASTRO)





QUEM PAGA A CONTA

● Para bancar diesel mais barato, governo onera setores e quase zera incentivo a exportador

CUSTO TOTAL

R\$ **13,5** bilhões

1ª medida

Bancar desconto de R\$ 0,30 por litro

9,5
bilhões

4
bilhões

2ª medida

Zerar a alíquota da Cide e reduzir a do PIS-Cofins

*RECURSOS SEM DESTINOS ESPECÍFICOS GUARDADOS PARA MOMENTOS DE RISCOS **SAÚDE, EDUCAÇÃO, SANEAMENTO, TRANSPORTES

EM REAIS

6,2 bilhões
RESERVA ORÇAMENTÁRIA*

3,3 bilhões
CORTES DE DESPESAS, INCLUINDO DINHEIRO PARA CAPITALIZAR ESTATAIS E CANCELAMENTOS DE GASTOS EM VÁRIAS ÁREAS**

2,27 bilhões
QUASE EXTINÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO A EXPORTADORES (REINTREGRA)

830 milhões
FIM DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO PARA 39 SETORES

740 milhões
REDUÇÃO DO IPI DE CONCENTRADO USADO PARA FABRICAÇÃO DE REFRIGERANTES

170 milhões
FIM DE BENEFÍCIO PARA INDÚSTRIA QUÍMICA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO